

REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EXECUÇÃO E DIREÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Vera Maria Vidal Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
veraperoni@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer alguns elementos para o debate acerca de como as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e privado, materializando-se das mais diferentes formas na educação básica pública, tanto através da sua atuação e execução, como da direção das políticas educativas.

Partimos do pressuposto de que a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais é a materialização das correlações de forças que ocorrem na sociedade em um período particular do capitalismo. Nesse sentido, entendemos que o diagnóstico do capital de que o Estado é o culpado pela crise e o mercado deve ser o padrão de qualidade, está na raiz do avanço da privatização do público. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela execução e direção das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade civil com ou sem fins lucrativos, com implicações para o projeto democrático, por esvaziarem as instituições públicas das decisões; e pela proposta de reformar o Estado com princípios gerenciais.

Com base nessa perspectiva, trazemos alguns elementos para o debate acerca das particularidades do neoliberalismo pós-crise de 2008 e alguns processos de materialização na privatização da escola pública via direção e execução.

ESTADO EMPRESARIAL E RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO

Puello-Socarrás (2008) trabalha as particularidades do neoliberalismo no pós-crise de 2008 e argumenta que, nesse contexto, o Estado redefine seu papel de mínimo para empresarial. O foco das mudanças é o empreendedorismo, o Estado empreendedor que não mais é o executor de políticas sociais, mas repassa para o indivíduo, através da meritocracia e da competitividade, a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Há um deslocamento de princípios coletivos e democráticos para individuais, em propostas societárias, o que está presente no conteúdo das

propostas de privatização da educação, conforme verificamos em nossas pesquisas (PERONI, 2018).

A reforma estatal proposta desvincula o público do estatal e reforça um espaço público-privado que tem o mercado como paradigma. Esse contexto de redefinições do papel do Estado altera as relações entre o público e o privado e tem profundas implicações para a democratização, entendida também como a materialização de direitos em políticas sociais universais.

Para Laval e Dardot (2017), a crise financeira de 2008 passou a ser a justificativa da diminuição de direitos materializados em políticas sociais. A mudança de direitos concretizados em políticas universais para a lógica individual do empreendedorismo e cidadão cliente de serviços é profunda e traz consequências para a construção de um projeto democrático, o que os autores chamam de “desdemocratização”. A crise como forma de governo provoca novas formas conservadoras e nacionalistas, em alguns casos abertamente fascistas.

O neoconservadorismo tem sido também elemento importante para entendermos esse período particular do capitalismo. Para Harvey (2008), a diminuição das políticas sociais, o aumento do desemprego, dos ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório, e o neoconservadorismo responde a esse problema com maior coerção social. É a realidade que temos vivenciado no Brasil, nos últimos anos.

Esses processos que caracterizam esse período particular do capitalismo se materializam nas relações entre o público e o privado na educação brasileira de distintas formas.

No caso brasileiro, o poder público é o principal responsável pela oferta na educação básica, mais de 80% das instituições são públicas. Conforme o Censo de 2020, “a rede privada obtém 18,6% do total de matrículas” (BRASIL, 2020, p. 16). A escola permanece predominantemente pública, no entanto, o seu conteúdo é cada vez mais determinado por instituições privadas, que introduzem a lógica mercantil sob a justificativa de que estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

É o que Rikowski (2017) aponta como privatização na educação, que é a tomada de controle por parte das empresas e não envolve propriedade, é a disputa pelo conteúdo e pelo controle da educação, quando não ocorre a mudança de propriedade.

Para analisar as especificidades dessas formas de privatização, dividimos esses processos em: execução, direção e execução e direção simultaneamente.

Nos processos de direção, o setor privado atua no conteúdo e controle das políticas públicas ou das escolas, sendo que a propriedade permanece pública, como é o caso do Movimento Todos pela Educação (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2008) e do Movimento pela Base (CAETANO, 2019), em que os empresários influenciam o governo federal na agenda educacional e na venda de produtos educativos, ou através da censura, com a ameaça constante do Escola Sem Partido (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017).

Nos processos de execução, o setor privado atua diretamente na oferta da educação, como é o caso das creches comunitárias, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial. O privado tem justificativas distintas, como *expertise* do setor privado, como é o caso do Sistema S, na Educação Profissional, e APAE e Pestalozzi, na educação especial. No entanto, nas creches comunitárias na educação infantil e na EJA, a justificativa é o barateamento da oferta que, com poucas exceções, se dá de forma precarizada, com bolsas ou salários simbólicos, em locais pouco apropriados, sem espaços democráticos de participação.

Nos processos de execução e direção, analisamos os casos das parcerias entre o poder público e institutos privados, como é o caso do Instituto Ayrton Senna (ADRIÃO; PERONI, 2011), Instituto Unibanco (CARVALHO, 2020) e a Fundação Lemann (PERONI; OLIVEIRA, 2020). As parcerias definem o conteúdo da educação e executam sua proposta através da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Entendemos que a relação entre o público e o privado na educação não se limita apenas à propriedade; é entendida como projetos societários em disputa, que ocorrem na correlação de forças tanto no Estado, quanto na sociedade civil, com forças sociais que defendem projetos privados com interesses vinculados ao mercado ou ao neoconservadorismo, em uma perspectiva de classe, com profundas implicações para a construção de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T; PERONI, V. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre dez casos em estudo. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 45-53, jan./jul. 2011.

BERNARDI, L.; UCZAK, L.; ROSSI, A. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a naturalização da associação público-privada. *In*: PERONI, V.; LIMA, P.; KADER, C. (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

CARVALHO, S. F. **A escola não cabe numa planilha**: implicações do programa jovem de futuro para a gestão democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **La pesadilla que no caba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, V.; CAETANO, R.; LIMA P. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

PERONI, V.; LIMA, P. de; KADER, C. (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, C. M. B. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 36, e77554, 2020.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del nel-liberalismo**: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.